

Resenha sobre o livro (org.) KUSHNIR, Beatriz e HORTA, Sandra. *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana* – Faperj. Rio de Janeiro: Imago, 2011. 488p.

Memórias do Rio – Um livro que faz jus a seu título

Ismênia de Lima Martins
Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense

Quando me chegou às mãos o volume de depoimentos sobre a criação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta, senti-me logo impactada pela fotografia que ilustra sua capa: uma vista aérea da cidade exibindo o Corcovado, em primeiro plano. Mais que a beleza da imagem, provocou-me tal sensação a estrada rasgando a mata, contornando os obstáculos e resultando marcadamente sinuosa, o que interpretei como uma representação da trajetória institucional.

No segundo momento, fixei-me no título *Memórias do Rio*, e confesso que o considerei um apelo editorial, afinal, era sabedora de que o livro fora idealizado para ser um contributo à história do órgão e da administração pública municipal e, sobretudo, para conferir *sentido a fatos esparsos aparentemente desencadeados formando um todo inteligível*.

Assim, ainda que consciente da importância do Arquivo Geral da Cidade – sede do Vice-Reinado e da Corte, da Capital Federal, do Estado da Guanabara e da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pós-fusão – considerava que a história institucional e administrativa, que se privilegiava, não se espalharia sobre a complexidade política e socioeconômica daquele espaço urbano no período estudado.

Admito que ao concluir a leitura do primeiro bloco de entrevistas já estava convencida da propriedade do título proposto. As entrevistas de Maria Augusta Machado, que chefiou o antigo Serviço de Museus; de Cybelle de Ipanema, que esteve à frente da Seção de Pesquisa e Exposições e Divulgação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara; de Olinio Paschoal Coelho, que dirigiu o Serviço de Tombamento e Proteção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e de Júnia Guimarães e Silva, que ocupou vários cargos e chefias de serviços do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro desde

a década de 1970, produziram um conjunto de informações que ultrapassam, e muito, o objetivo inicialmente proposto, e que por caminhos diferentes, mas sempre instigantes, ancoravam-se numa mesma conjuntura.

A Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, da qual o Arquivo Municipal era apenas um serviço, foi apresentada por todos os depoentes em diversos ângulos, mas com dois traços comuns: a precariedade das instalações contrastando com o entusiasmo dos profissionais envolvidos.

Os mesmos relatos servem, porém, a muitas outras análises. O depoimento de Maria Augusta, uma mulher a frente de seu tempo, de maneira crítica e divertida, levantou o primeiro tema: o preenchimento dos cargos públicos em tempo de escassos concursos no qual, *em síntese, quase todos os candidatos entravam pela janela.*

Importante relembrar a condição da cidade de Capital Federal centralizando todo o aparato burocrático do Estado. Ainda que houvesse o cuidado de *ocultar a barganha* vários depoimentos não apenas do primeiro bloco, mas de períodos posteriores evidenciam a sobrevivência da prática e descortinam redes de parentesco e amizades a que se sobrepõem afinidades corporativas e ideológicas. Tal é o caso, por exemplo, do depoimento relativo à escolha de Marcos Tamoyo referida por Cesar Hack Serôa da Motta, que foi seu chefe de gabinete em duas ocasiões: quando este foi secretário de obras do governo Lacerda e, posteriormente, quando foi prefeito. No seu entender a indicação de Tamoyo, *que queria ser prefeito*, deveu-se, sobretudo, ao fato de ser filho de Alcebiades Tamoyo, militar de *grande fama e grande prestígio na educação dos militares* e que era amigo do Geisel, de Ivan de Souza Neiva do SMI e do Golbery que *falou com Faria Lima que o governo Federal gostaria que o Tamoyo fosse e o Tamoyo foi!*

O período entre o golpe militar e a fusão constitui-se na conjuntura política a qual vários depoentes remetem. A primeira evidência, a mais simples, diz respeito a permanência de quadros técnicos em posições de chefias variadas da administração Lacerda e de Marcos Tamoyo. A análise das falas deixa claro, porém, que com exceção do caso de Júnia Guimarães e Silva, funcionária de carreira do Arquivo, os outros casos de permanência ou retorno, justificavam-se pelos mecanismos já citados.

Outro aspecto que ressalta sobre a referida conjuntura é o destaque de determinados corpos técnicos na administração, como o caso dos engenheiros, a partir da administração Lacerda. Tal fenômeno explica-se pelo adensamento dos setores médios urbanos, pela valorização das profissões técnicas associadas ao progresso econômico e, sobretudo, ao ideal de modernização dominante naquele período. As entrevistas de Cesar Hack Serôa da Motta, o já mencionado chefe de gabinete de Tamoyo, e de Samuel Szytyglic, secretário de Planejamento, fornecem fartas informações sobre o papel que estes profissionais desempenharam na máquina administrativa.

Estes mesmos depoimentos foram, particularmente fecundos, iluminando o complexo processo da fusão. Neste sentido, é importante que se valorize e ressalte o preparo metodológico, a acuidade intelectual e a propriedade na sua condução por parte das

entrevistadoras, professoras Beatriz Kushnir e Sandra Horta. A leitura revela o cuidadoso preparo dos roteiros personalizados, o esforço na sistematização das questões e o seu aprofundamento, além da agilidade em confrontar, no curso da entrevista, as informações ou declarações formuladas com aquelas obtidas em depoimentos anteriores.

Particularmente emblemáticas deste procedimento foram as gravações realizadas com os dois titulares do governo Tamoyo, citados anteriormente, em que o profundo conhecimento documental e bibliográfico sobre a história contemporânea brasileira e, em especial, da ditadura militar de que é possuidora a professora Beatriz Kushnir proporcionaram questionamentos instigantes sobre a conjuntura política e a máquina administrativa.

Destacam-se, ainda, os depoimentos dos sucessivos titulares da direção do Arquivo Geral a partir da inauguração do novo prédio. O conjunto é muito representativo uma vez que apenas três deles, no total de dez, não puderam, por motivos variados, participar da publicação. As duas autoras colocaram, com o mesmo empenho citado anteriormente, não apenas suas qualificações acadêmicas, mas, sobretudo, suas vivências administrativas no próprio Arquivo Geral, a serviço do melhor diálogo com os entrevistados.

Os detalhes são impactantes para os não familiarizados com os desafios do cotidiano das instituições arquivísticas: as dificuldades da transferência do acervo para o novo prédio e a instalação do novo Arquivo Geral desacompanhado de um plano de cargos e salários compatíveis; a ausência de concursos e a improvisação na área de recursos humanos através da contratação de professores da rede pública, a falta de controle da documentação etc., etc..

Também provocam perplexidade ao leitor as informações obtidas a partir das entrevistas com Valdir Ribeiro e Marcos Konder Netto sobre o projeto Cidade Nova, na área antiga conhecida como *Mangue*. Com eles as entrevistadoras tentaram esmiuçar a explicação para a construção do Arquivo Geral naquele local. Por que um prédio com todos os detalhes técnicos exigidos para abrigar um órgão com aquela finalidade, dotado do que havia de mais moderno na época, foi construído em local tão impróprio: uma região alagada que desde o período joanino era conhecida como lagoa da Sentinela e pelo mangal de São Diogo?!

Não existe resposta satisfatória e, diante da informação da atual diretora de que no subsolo existe um motor bombeando a água para fora durante vinte e quatro horas por dia, a exclamação conclusiva do especialista é hilária: *água é fogo!*

A preservação do patrimônio histórico cultural é outra questão relevante que extrapola o Arquivo Geral e chega aos quadros mais amplos da política municipal e estadual. Os embates em defesa do patrimônio e sua preservação vivenciaram capítulos importantes no período tratado nesta obra.

A destruição do Solar Monjope e os impasses sobre o tombamento do Parque Lage são retomados em vários depoimentos de diferentes formas. A demolição do Palácio Monroe, ainda que mencionada por menor número de depoentes, também é pontuada. O importante é que os casos arrolados evidenciam a fragilidade da política de defesa e manutenção do

patrimônio cultural e artístico da cidade. Se, em alguns poucos casos, como o do Parque Lage, o interesse coletivo se impôs, muitas outras batalhas foram perdidas para os interesses particulares ou vontades políticas destorcidas.

No primeiro caso, pode-se citar a destruição do Solar Monjope ou ainda a construção das Torres Candido Mendes, que violaram a integridade do conjunto mais expressivo do Centro Histórico do Rio de Janeiro, exemplo não citado neste livro, mas que sugere que os eventos mencionados não eram isolados e sim próprios de uma época. Por outro lado, ilustrativo do autoritarismo político foi a destruição do Monroe que, segundo o depoimento do chefe de gabinete do Tamoyo, teria sido resultado de uma *ordem peremptória de Geisel*.

Outro aspecto ressaltado é a descontinuidade e/ou a falta de políticas públicas para promoção da cultura muitas vezes considerada, conforme um dos depoentes, *a prima pobre da educação*. Na verdade, educação e cultura ao longo da administração municipal e/ou estadual têm ocupado ou não a mesma pasta. Infelizmente, em um e outro caso, os resultados não têm sido os almejados. O que importa é reconhecer, criticamente, que o relevante é integrá-las efetivamente, não apenas por meio da educação formal, nas escolas, desde as primeiras séries do ensino básico, mas também, acionando todos os equipamentos culturais a serviço da educação.

É desalentador o movimento e frequência estudantil nos museus da cidade, mas temos que reconhecer que os professores da rede pública têm que despende esforços desmedidos para conseguir visitá-los com seus alunos. O próprio Arquivo Geral, com seu auditório de excelente acústica, segundo uma das depoentes, já foi um espaço para inúmeras promoções até na área musical.

Enfim, o livro organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta instiga e provoca muitas outras questões sobre a cidade e sua gente que não caberiam neste espaço.

Volto à capa do livro. A estrada sinuosa que volteava, exageradamente, contornando os obstáculos, afinal de contas atinge o cume pretendido! Considero que tem sido assim com o Arquivo Geral que acompanho, de perto, há quase trinta e cinco anos, verificando os progressos no arranjo, na produção de instrumentos de busca e na disponibilização dos documentos, além dos esforços na captação de recursos e na política de interação que o transforma *de templo do passado* em um equipamento indispensável à sociedade e à administração do presente.

Se de um lado as entrevistas revelaram, sem qualquer pudor, as dificuldades cotidianas do Arquivo Geral, por outro, demonstraram a dedicação, tenacidade e criatividade dos servidores públicos para enfrentá-las. Concordo plenamente com Sandra Horta ao afirmar que *ao contrário do que pensam alguns detratores do serviço e do funcionalismo público* o Arquivo Geral e a administração municipal sempre contaram com quadros diligentes.

Para concluir, afirmo confiante, que este livro faz jus ao seu título!

Recebido em 13/08/2013